

Nova Previdência: presente de fim de ano para o trabalhador

APAFERJ no 4º CONAFE realizado na Bahia



Flagrante da abertura do 4º CONAFE realizado em Salvador



Márcio Alemany - Presidente

A Conquista de Uma Só Bandeira

Não basta somente o desejo de acerto ou saber que todo ideal só se realiza com persistência, muita luta e respeito aos contrários! Fato é que em nossos dias qualquer adiamento para que se conquiste a chamada ÚNICA BANDEIRA ASSOCIATIVA é perda de precioso tempo e desfavorecimento. É preciso desprendimento e a busca incessante de UMA UNIDADE POLÍTICA DE AÇÃO. Para que isso aconteça é necessário a integração de todos, quer sejam velhos ou jovens, ativos ou aposentados e mesmo os pensionistas! A APAFERJ tem lutado diuturnamente para que esse fato fundamental ao interesse coletivo de nossa ADVOCACIA PÚBLICA se realize sem delongas. Separados e cumprindo programações semelhantes e na maioria das vezes muito igual, caminhamos por mais de três décadas e por vezes nos encontramos para afinar propostas ou simples entendimentos, mas todas as Associações de forma separadas, congregando sócios que cumpriam o mesmo ofício na defesa dos interesses jurídicos do Estado, de seu Patrimônio

Público e de nossa Cidadania, quando podíamos estar já há algum tempo, juntos, na mesma sede, nos entendendo em harmonia e com custos operacionais bem mais baratos. Não se pode dizer que não foi profícuo o trabalho e o ardor dessa luta, mesmo cada um em sua Associação, mas sabíamos, com todas as ressalvas, que precisávamos já há algum tempo dar as mãos e essa hora é chegada. A APAFERJ, pioneira, tendo herdado uma bandeira de lutas desde dos idos de 1945, promovida no dizer do saudoso Líder Ricardo Franco Neto como a Entidade Mater da Advocacia Pública Brasileira, busca seguir os passos da ANPAF, que foi um dia sua importante e competente parceira e "longa mano" em Brasília e, bem assim a aguerrida Associação que congregava os queridos e também brilhantes colegas do Banco Central (ASBPC) segue o mesmo caminho. E, como temos repetidas vezes clamado, não devemos mais adiar a conquista de ÚNICA BANDEIRA ASSOCIATIVA. Precisamos passar as nossas experiências aos que há pouco chegaram e, para isso, integrar os mais velhos aos mais jovens, seria o passar o "bastão" nessa corrida que por toda as nossas vidas tivemos. Uma autêntica maratona percorrida por muitos em mais de quarenta anos de dedicação para a construção de nossa Advocacia Pública. Os mais antigos sempre se orgulharão de informar que construíram a Casa, deixan-

do a mesa posta e a cama pronta para com, satisfação, receber os mais novos que chegavam. Vivemos, atualmente, momentos de tensão, com a possível perda de direitos conquistados a duras penas e estamos assistindo a um verdadeiro desmanche do Estado, um Congresso Nacional renovado, com representação expressiva de nomes ainda pouco experientes, mas com o desejo de realizar mudanças a toque de caixa, como tudo o que encontraram estava ou apresentava defeitos e muitos em seus pronunciamentos nos acusam de ser privilegiados ou outros termos pejorativos que não nos alcançam, pois sempre tivemos a seriedade e a correção indispensáveis para defender os interesses jurídicos do Estado, bastando ver os nossos currículos e históricos. Vivemos num País que prossegue buscando o exemplo de outros que tiveram seus cursos alterados para implantação de sistemas ou regimes hoje sabidamente inconsistentes para dar ao seu povo melhores dias. Muitos dos nossos eleitos em toda a nossa história fizeram suas passagens no Legislativo e no Executivo pugnando por mudanças e alterações na Constituição para melhor aperfeiçoá-las, na maioria das vezes, promoveram perda de direitos consagrados em 1988 com a Constituição-Cidadã, que veio exatamente para garantir tais conquistas, propondo superar diferenças. O nosso papel associativo foi sempre o de congregar

para buscarmos melhores resultados na relação com a chefia do Estado, que necessita de assessoria jurídica permanente para tocar com segurança a gestão pública e nessa longa caminhada temos tido avanços e conquistas que resultam em mais animação e coragem para todo enfrentamento nesse ingente trabalho de defesa intransigente de todo interesse público. Não devemos mais nos separar ficando distantes uns dos outros, já que realizamos, na maioria das vezes, tarefas idênticas, o que nos move a requerer a união das carreiras e a buscar uma única Bandeira Associativa por todos as razões sobejamente conhecidas e já mais uma vez expostas. Trata-se de uma luta sem tréguas que precisa ser vencida e que nos fará mais fortes e mais ainda respeitados, afinal exercemos ou não as "funções essenciais à Justiça"? Ficaremos eternamente à mercê de ouvir e observar outras práticas daqueles que não nos consideram como tais credores dessa fundamental consideração e respeitabilidade? Por quanto tempo ainda permaneceremos nesse limbo? É preciso que toda a Nação saiba que a nossa Advocacia Pública dá constante lucro ao Estado e sem exageros já de há muito pagamos os nossos próprios salários com sobras formidáveis! Sempre lembramos que nos últimos anos perdemos quadros para as Carrei-

>>>>

ras do Judiciário e para as do Ministério Público, visto não termos salários competitivos. São formados em nossas carreiras profissionais de alto nível, também submetidos a concursos públicos de máxima exigência, que debandam após algum tempo, com especialização em diversos cursos para melhor capacitação e experiência para os quadros das dessas também importantes carreiras. Abrem-se lacunas que demoram a ser preenchidas, perde-se gente de peso de relevo, de importância no saber jurídico, perde a gestão pública e a população que necessita ser constantemente assistida em suas demandas. Se mais unidos ficarmos mais fortes seremos para que não percamos avanços ou pelo menos deixemos de andar para trás! A APAFERJ corre atrás desse prejuízo por ter exatamente esse entendimento ou a gente se une ou se fragiliza e não conqui-

ta melhores dias para a nossa Advocacia Pública e para a nossa População que, em última análise, é o alvo de todos os nossos objetivos. A Incorporação com a ANAFE está sendo processada democraticamente, seguindo todos os passos dispostos nos Estatutos e Regimentos das duas Entidades e o ideal e a revisão de todo e qualquer impedimento que dificulte a chegada das demais Congêneres, que ainda examinam esse andamento. Se construirmos uma nova Associação sem amarras para que possa congregiar todas as demais possibilitando uma FUSÃO geral onde todo avanço positivo possa ser favorecido com a velocidade ideal viabilizando a participação de todos, com nova organização funcional, com mais flexibilização de sua gestão, para que possa prosseguir realizando um bom trabalho, teremos, por certo, efetivado com concretude um sonho com mais de 50 anos de espera!

Economista alerta que reforma da Previdência Será 'o triunfo da barbárie'

Especialista em Previdência Social, a economista Denise Gentil fez palestra no IAB, no dia 7 de agosto, quando lançou seu livro *A política fiscal e a falsa crise da seguridade social brasileira*. "A reforma que tramita no Congresso é a mais draconiana da história do País, com o governo se utilizando, para aprová-la, do falso argumento de que o déficit da Previdência acarreta crescimento da dívida pública", afirmou a economista. Segundo ela, "a aprovação da PEC 6/2019, que traz um impacto devastador e brutal para os mais pobres, será o triunfo da barbárie".

A presidente nacional do IAB, Rita Cortez, abriu o evento organizado pela Comissão de Seguridade Social, presidida por Suzani Andrade Ferraro. "Não somos contra a reforma, mas contra o texto da PEC", destacou Ferraro. Ao tratar da decisão do governo de buscar o ajuste fiscal por meio da reforma, Denise Gentil disse que o aumento da dívida pública está relacionado ao alto pagamento de juros, apontado por ela como o maior gasto do orçamento.

De acordo com a economista, com a aprovação da reforma, há homens e mulheres que irão se aposentar com idades superiores às anunciadas. Para cumprir o tempo mínimo de 20 anos de contribuição – hoje esse tempo é de 15 anos –, muitos homens com a idade mínima de 65 anos terão que trabalhar por mais do que cinco anos para completá-lo.

"Estudos demonstram que eles só conseguem contribuir, em média, com 5,1 parcelas a cada ano, por conta do desemprego e do trabalho informal", explicou, acrescentando: "Por isso, terão que trabalhar, na verdade, por mais 11,8 anos para alcançar os 20 anos de contribuição, fazendo com que se aposentem não aos 70, mas aos 76,8 anos".

Pela mesma razão, disse ela, muitas mulheres com a idade mínima de 62 anos terão que trabalhar por mais 12,8 anos para ampliar de 15 para 20 anos o tempo de contribuição, aposentando-se aos 74,8 anos.

Juízes e Procuradores vão ao Supremo contra alguns trechos da reforma

Entidades que representam juízes e procuradores entraram com ações no Supremo Tribunal Federal (STF) contra trechos da reforma da Previdência. Eles questionam a adoção de alíquotas progressivas de contribuição previdenciária que, para os servidores públicos, como é o caso dos juízes e procuradores, vão variar de 7,5% a 22%, para quem receber acima do teto constitucional.

O argumento é que essa alíquota maior representaria "confisco" de parte dos rendimentos e violaria o princípio da irredutibilidade do salário. As entidades dizem que a alteração é inconstitucional, pois violou cláusulas pétreas que tratam da separação de poderes e de direitos individuais.

- A cobrança vai criar uma divergência no regime previ-

denciário da magistratura, uma vez que os magistrados da União vão ter uma alíquota progressiva e os estaduais não. Além disso, com quase 30% de contribuição, os servidores federais vão sofrer uma nova configuração de confisco sob o fruto do seu trabalho – disse o presidente da Associação dos Juízes Federais (Ajufe), Fernando Mendes, um dos signatários da ação.

Eles questionam também o dispositivo que proibiu a um juiz contar, para fins de aposentadoria, o tempo de trabalho como advogado, se durante esse período ele não tiver pago contribuição previdenciária – atualmente, isso é permitido pelo Tribunal de Contas da União (TCU).



Allam Soares - Procurador Federal

É preciso refazer a tese: o problema do Brasil não está nas suas elites porque, ironicamente, o Brasil não tem elites. Tem antielites, incapazes de pensar o País como espaço comum.”

(em Av. Paulista, de João Pereira Coutinho, p. 145, Ed. Record, 2009).

As diretrizes governamentais são muito equivocadas quanto a direitos humanos, mas, principalmente, em geral, pela ausência de manifestações claras e um insólito uso de linguagem que impede a segurança quanto a seus propósitos. Isto não é bom, pois a utilização adequada da linguagem é condição imprescindível ao entendimento entre governantes e governados. Quem quer que use, ambiguamente, o

Falas e Práticas Contraditórias

sentido das palavras gera um bloqueio à inteligência de sua fala ou ao raciocínio do outro.

No romance “1984”, George Orwell chamou de duplipensar a capacidade de, concomitantemente, guardar dois entendimentos contraditórios, assim aceitá-los – o que conduziria à derrubada do pensamento lógico.

Pronunciamentos recentes de autoridades fazendárias, no que tange a instituir uma nova contribuição nos moldes da antiga e execrada CPMF, assemelham-se às previsões dos Oráculos gregos, pois se caracterizam por uma lesiva ambigüidade. Pretendem – é certo – o aumento da carga tributária, em especial para os trabalhadores públicos e privados aposentados ou não, estimulando, em algumas situações, a informalidade. Frise-se que essa contribuição diminui a competitividade dos produtos nacionais. Além da Fazenda, só ganharia com isso a classe patronal, já que ficaria desonerada dos custos da contribuição sobre as folhas de pagamento, com o indiscutível aumento da desigualdade social.

Cabe, porém, recordar que, quando o Congres-

so Nacional acabou com a contribuição sobre movimentação financeira (CPMF), o então Presidente da República providenciou um grande aumento no IOF, assegurando que o Governo não iria perder com a tributação extinta.

Contrário à volta dessa contribuição, o professor de Direito Tributário da FGV-S. Paulo, Eurico Marcos de Santi propôs que se criasse uma CPMF pública. Desse modo, cada movimentação de dinheiro em qualquer ente público, seja federal, estadual ou municipal, seria registrada e pagaria uma diminuta taxa. Não haveria prejuízo para ninguém, pois o total recebido iria para um cofre público, que poderia fazer a restituição eletrônica ao caixa original. Tal cobrança, no seu dizer, seria uma revolução nos gastos públicos e nos costumes políticos, criando uma transparência que nunca existiu.

Não se implantou a ficha limpa? Por que, então, não criar, também, a CONTA LIMPA, para que se possa ter a tão decantada transparência e ver em que ralos escorre o dinheiro que deveria ser destinado à defesa da natureza, da saúde, da educação, da segurança

etc. – aliviando os cofres públicos.

É uma forma de resistência ao mal, sobre o que manifestou-se Hanna Arendt:

“Nós resistimos ao mal ao não sermos arrastados pela superfície das coisas, ao pararmos e começarmos a pensar. Em outras palavras, quanto mais superficial alguém for, mais provável que ceda ao mal”.

Para amenizar este artigo, recorro a irônica sugestão do Barão do Rio Branco, em 1875, em relação àqueles que criavam impostos punitivos, que de algum modo prejudicassem os brasileiros:

- α) Imposto sobre cada promessa de candidato que não fosse cumprida: \$ 500,00;
- β) Imposto sobre cada mentira posta em circulação por órgão público: \$ 800,00;
- γ) Imposto sobre erros de gramática cometidos pelos sapientísimos redatores: \$ 0,20 por erro.

Pensam que é pouco? Confirmam os programas, discursos, promessas eleitorais de alguns eleitos e de quando eram ainda candidatos. O País ficaria rico!

Infunde-me tanto ódio como os portões do Hades aquele que oculta uma coisa em seu coração e diz outra.

(Aquiles, Na Ilíada de Homero)

Aquilo que na vida tem sentido, mesmo sendo qualquer coisa de mínimo, prima sobre algo de grande, porém isento de sentido. (Carl Gustav Jung)



Carmen Lucia Vieira Ramos Lima
Procuradora Federal

Buscando Novos Rumos

A soma da verdade de cada um.

Reflexões:

- Coisas comuns e extraordinárias estão acontecendo. Entender para aceitar / compartilhar.
- Participar é estar junto. Abrir-se ao novo, explorar conceitos.
- O comum, o extraordinário. A mediocridade;
- Limites constitucionais, interpretação, respeito à opinião alheia. Mudanças...
- Imagem e Ética coexistem?
- A mídia molda o comportamento?
- O brilho de cada um. A certeza de ser, de existir. O sentido de cada coisa.
- O fundamento de todas as normas passa pelo aproveitamento das distintas conotações culturais e épocas em que foram processadas.
- O salário e seu real valor. O direito de consumir. Necessidades ordinárias e especiais.
- O sentido de ser feliz.
- Papéis acertam tudo: números, políticas, contratos, leis, etc...
- Desafios: o social desafia limites. Viver e ser feliz é desafio. Assim como recuperar trilhão e bilhões, em uma geração, requer o casamento de criatividade + sensibilidade. Planificar o insustentável, demonstrando que pode ser realidade encontrar sentido em tudo o que constitui a cultura de um povo tais que dinheiro, carreira profissional, arte, música, dança, Amor, Amizade, negócios, religião etc não é tarefa fácil. Espaço onde se mesclam coisas materiais e imateriais.
- Viver é importante em si. É estratégico encontrar o sentido das coisas.
- Atentar para as ótimas abordagens da situação político-econômica do Brasil, oriundas das penas dos valores apaferjianos. Doutores Marcio Alemany, Allan Soares e Rosemiro Robinson S Junior. Indispensáveis para um melhor entendimento legislativo do que se passa no cenário nacional, reformas etc.

Ora, na insegurança do mundo da Imagem, onde a ética humana soçobra, a Vida Medra nas crises, nos desafios. A inteligência é estimulada pelo desafio, pela carência de projetos práticos e viáveis e, então, se faz o "vazio"... Não há pensamento, coisas para preencher tal "vazio". MAS HÁ O ESPAÇO PARA UM ENCONTRO, UMA FUSÃO, UM FLORES-CER... Pode ser que a APAFERJ, nesse turbilhão de #coisas avulsas# tenha tido o seu brilho captado, para uma Fusão, onde a verdade não perderá tonalidades... Novas palavras escritas naturalmente, exercerão domínio sobre as imagens que se esmaecerão no seu tempo infantil, porém extraordinário como referência inicial.

Vale dizer, para efeito de registro, e porque se trata de algo novo – a finitude do templo apaferjiano – pode ter gerado insegurança e medo, mas fica a certeza de

que a APAFERJ fez época, mostra que tudo vale a pena e nada quando a Instituição / Organização é boa útil, mancha o seu brilho que se torna único, individual, memorial. Todos os apaferjianos concorreram para que essa caminhada não findasse, mas alargasse a estrada para mais transeuntes, que explorem novos conceitos, ainda

que (e por que não?) compartilhando a mediocridade grupal, pois sociedades são detentoras dos maiores índices de falta de conhecimento e ignorância, relativamente ao tamanho e carência do conhecimento formal, questão já bastante proseguida neste País. Felizes as culturas cuja sabedoria, conseguem buscar compreender e aceitar as mu-

danças, participando e concorrendo para elas. Assim, sabem tirar proveito do real sentido das coisas.

E quando se exercita a verdade, é o êxtase. A verdade liberta. Remoção. Tem sabor de mel.

Parabéns à APAFERJ e a ANAFE.

O futuro é a projeção em construção agora...



José Salvador Iorio
Procurador Federal

Brasil na Berlinda – Incendio na Floresta Amazônica

e a Guiana Francesa.

Entretanto devemos pontuar que as florestas são essenciais para a manutenção da vida na Terra. São responsáveis pela retenção do dióxido de carbono, chamada sequestro de carbono, nocivo à vida como conhecemos. Fazendo uma analogia com a respiração pulmonar, pode-se dizer que as florestas assim como as cavidades nasais, são responsáveis pela filtragem, umidificação/aquecimento/resfriamento do ar, fazendo com que o ar existente na atmosfera alcance temperatura e condições adequadas para a respiração de todos os seres vivos. A manutenção dos corpos d'água (estes sim, como já foi dito, responsável pelo maior percentual de produção do oxigênio), já que ela, e em especial as matas ciliares (próximas aos rios), mantêm a integridade dos rios e protegem os solos de erosões, evitando assim o carregamento de solos que afetariam a qualidade e função dos corpos d'água.

A Floresta Amazônica tem inigualável biodiversidade, e têm em seu bioma uma de cada dez espécies conhecidas no mundo, constituindo a maior coleção de plantas vivas e espécies animais no mundo. Segundo a FAPESP em um estudo liderado por brasileiros, concluído em 2017, chegou-se ao resultado de que a Amazônia possui em seu bioma, das 40.000 mil espécies de plantas, 14.003 espécies de plan-

tas com sementes (angiospermas e gimnospermas), sendo destas 6.727 espécies de árvores majestosas catalogadas. Outros estudos, do IBF, e outros, incluem neste rol 2,5 milhões de espécies de insetos, dezenas de milhares de plantas e cerca de 3.000 espécies de peixes, 1.294 aves (1 em cada 5 de todos os pássaros do mundo vivem na Amazônia), 427 mamíferos, 428 anfíbios e 378 de répteis. Um em cada cinco de todos os pássaros no mundo vive nas florestas tropicais da Amazônia.

Por esse motivo, é justificável que os incêndios florestais preocupem a todos os povos. Entretanto deve-se alertar que os incêndios florestais ocorrem em todas as florestas do mundo, e isso periodicamente, algumas vezes de forma mais intensa que outras. Cabe ainda pontuar que em alguns casos (que não é o da Floresta Amazônica), o bioma é especificamente preparado para a queima espontânea (causada por descargas elétricas) e necessária à manutenção das características específicas do bioma, e aí incluímos o cerrado e savanas da África. Entretanto o homem, para a liberação de áreas para cultura e criação, tem praticado indiscriminadamente esta prática.

Entretanto outras florestas tropicais também estão sendo destruídas. A da África Central, situada na região da bacia do rio Congo, que é a segunda maior

floresta tropical do mundo e também a área de maior biodiversidade do continente Africano, vem sofrendo grave destruição de sua flora e fauna por conta de queimadas e desmatamento. Já a terceira, e mais antiga floresta da Terra, a Asiática, vem perdendo sua área mais rápido que qualquer região equatorial do mundo. Com origem há mais de 70 milhões de anos, com riqueza biológica e diversidade imensurável, prevê-se que a maior parte de suas florestas primárias será destruída nos próximos 10 anos. Assim não são primazia os incêndios florestais na Amazônia.

Embora haja grande suspeição, e por isso cause indignação mundial, que os incêndios na Amazônia e Indonésia tenham sido ateados intencionalmente para o cultivo e criação de animais de corte (já que em sua grande parte ocorrem em propriedades privadas), não podemos pontuar que outros incêndios estão alcançando recordes históricos. Por exemplo, no Alasca e Sibéria, onde as temperaturas estão batendo os recordes históricos com o descongelamento de geleiras.

O Brasil vem sendo hoje alvo de pressão internacional para que sejam debelados os focos de incêndio, mas como citado acima, não só na Amazô-

Floresta Amazônica, é uma floresta úmida que cobre cinco milhões e meio de quilômetros quadrados da América do Sul. É a maior extensão de floresta tropical das Américas.

Chamada de “pulmões do planeta”, entretanto em estudos mais recentes, como já inclusive publicados, as espécies de algas marinhas e de água doce é que efetivamente são as responsáveis pela maior parte do oxigênio do planeta, já que produzem 55% do oxigênio.

Considerada pela UNESCO, como Patrimônio da Humanidade, esta região ultrapassa fronteiras, incluindo territórios pertencentes a nove nações. O Brasil concentra em seu território a maior parte, com 60% da floresta, abrangendo 49,29% de todo território Brasileiro.

Das 5 divisões regionais, se faz presente em três – (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), sendo, ainda, o maior BIOMA terrestre. Os outros países para os quais a Floresta Amazônica se estende são Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname,

>>>>

nia isso acontece, pois, também nas florestas existentes no Planeta.

Essa pressão internacional tomou força face às contestações, alegações, cobranças, que se inflamaram pelo pronunciamento do Presidente da França, que vê Amazônia como o principal promovedor do equilíbrio climático no mundo, e assim, fomentou o interesse internacional por ela, e inegavelmente por suas riquezas.

Oportuno lembrar, que a colonização que vigorou no passado, submetendo países sob seu julgo, já não se comporta mais em nossos dias contemporâneos.

Ao falarmos em Floresta, a sistemática retirada de sua madeira a torna a grande vítima dessa ação das madeiras. A madeira, presente na vida humana, desempenhou, desde primórdios, importante papel, por vezes de importância vital, ao satisfazer as necessidades dos seres humanos, na construção de moradias, prédios, fortificações, edificações, utensílios domésticos, na construção de navios, pontes etc. Hoje a usamos em menor escala, em face de substituir por outros materiais e recursos. Mas ainda é um dos motivos de preocupação ao falarmos na defesa de nossas florestas.

Oportuníssima, essa cobrança internacional, sobre aqueles que continuarem a praticá-lo, podendo vir a sofrer penalidades, entre elas, restrições comerciais e outras medidas.

Estamos a exigir, desta forma, corretamente, que se tomem medidas, através de uma eficiente fiscalização e criação de leis ambientais mais severas.

Proposta prevê corte de até 25% nos salários de servidores Medida teria validade por dois anos

As propostas de controle de gastos públicos apresentadas pelo governo permitem que União, estado e municípios cortem até 25% dos salários de servidores públicos, com redução proporcional da carga horária, por período de até dois anos, conforme o previsto na PEC Emergencial. A medida faz parte de uma série de mecanismos desenhados para ajudar a reduzir despesas obrigatórias em períodos de crise, como o vivido pelo país atualmente.

O ajuste está previsto em duas propostas de emenda à Constituição (PEC) entregues ao Senado. Na PEC emergencial, seria acionado pelo governo federal por causa do descumprimento da chamada regra de ouro, que impede a União de se endividar para pagar despesas correntes, como folha de pagamento. Como essa regra já foi descumprida, os cortes no funcionalismo entrariam em vigor imediatamente, caso a proposta seja aprovada.

A possibilidade de ajuste também foi incluída na PEC do Pacto Federativo, para que funcione como um remédio a ser usado em futuras crises. O texto prevê que, no futuro, seja acionado o Estado de Emergência Fiscal. Para o governo federal, os gatilhos de corte de gastos serão acionados quando a União perceber que descumprirá a regra de outro no ano seguinte. Neste caso, as medidas valeriam por um ano, podendo ser renovadas até as contas voltarem ao equilíbrio.

Para estados e municípios, os mecanismos, nas duas regras, são acionados sempre que a despesa corrente do ente superar os 95% da receita corrente por um ano, um novo parâmetro apresentado pelo governo.

'SHUTDOWN' À BRASILEIRA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, chamou a medida de shutdown à brasileira. Nos Estados Unidos, isso ocorre quando há paralisação total de pagamentos de salários e de alguns serviços públicos por falta de verbas.

– É o shutdown à brasileira. É suave. Quer dizer, paga todo mundo, só não fica dando aumento – afirmou.

A redução de salários de servidores é a principal medida da PEC emergencial e garantiria uma economia de R\$ 10 bilhões já no ano que vem. A outra principal medida seria a suspensão da progressão funcional de servidores pú-

blicos, com economia de cerca de R\$ 2 bilhões no ano que vem e até R\$ 6 bilhões em 2021. Em dois anos, a equipe econômica espera que o impacto fiscal seja de R\$ 28 bilhões.

– Não pode dar aumento de salário nem ter progressão de carreira quem está quebrado. A máquina não pode gastar mais consigo do que com a população. Queremos um Estado que nos sirva – comentou Guedes.

O ministro também afirmou que essa condição não deve durar mais que dois anos, já que, segundo ele, o PIB vai crescer:

– Nenhuma crise fiscal dura mais que um ano ou dois.

A PEC emergencial suspende ainda a criação de despesas obrigatórias e de benefícios tributários. A proposta também prevê outras medidas para conter gastos públicos: algumas emergenciais, com duração de até dois anos, e outras permanentes, como a possibilidade de revisar, de quatro em quatro anos, o montante de benefícios fiscais concedidos pela União, conforme antecipou O Globo.

Especialista em contas públicas, e economista Ana Carla Abrão, sócia da consultoria Oliver Wyman e ex-secretária de Fazenda de Goiás, destaca que as medidas anunciadas terão um impacto positivo no longo prazo, caso sejam aprovadas pelo Congresso:

– A PEC emergencial vai dar fôlego aos estados ao congelar promoções e salários de servidores e permitir a redução de jornada. Além disso, abre espaço para reestruturação de carreira e ajuste de pessoal. (Colaborou Léo Branco).

Os principais pontos da PEC Emergencial

- Tem duração de dois anos.
- União, estados e municípios não poderão promover funcionários, dar reajustes e fazer concursos. Será suspensa a criação de despesas obrigatórias e poderão ser reduzidos em até 25% a jornada e o salário do servidor. A medida também foi incluída na PEC do Pacto Federativo, para ser acionada em caso de emergência fiscal.
- Suspende repasse dos recursos do FAT para o BNDES.
- No caso de estados e municípios, as medidas serão tomadas sempre que as despesas excederem 95% da receita corrente.
- Um quarto da economia (25%) vai para projetos de infraestrutura.

A Indústria da Má Prestação de Serviços (e Não a do Dano Moral!)

Por Sérgio Ribeiro, Suelen Motta e Wagner Motta

Nos idos dos anos 90, nosso país estava, finalmente, começando a ter contato com novas tecnologias, em parte devido à abertura das importações trazidas pelo governo da época.

A informática perdeu a reserva de mercado, finalmente começamos a ver de perto como nossos carros eram "carroças" e como os estrangeiros possuíam eletroeletrônicos de última geração.

Foi em 1990, também, que o povo brasileiro, obteve, finalmente, uma grande vitória legislativa: o Código de Defesa do Consumidor.

A lei 8.078 de 1990 trouxe avanços inimagináveis à época, como a responsabilização dos fabricantes e, também, dos fornecedores e prestadores de serviços, que passaram a responder por defeitos e falhas nos produtos e/ou execução dos serviços ofertados ao público.

Lembro muito bem de um programa de televisão no qual um entrevistado respondia para o repórter: "Comprei uma máquina de lavar com defeito. Fazer o quê? Dei azar!".

Realmente, naquela época, tudo era mais difícil, pois o consumidor que estivesse disposto a se desgastar emocionalmente, fisicamente e financeiramente, deveria buscar seus direitos no Código Civil de 1916. Era o que se tinha à época, mas, sem dúvida, era uma ferramenta inadequada, já desgastada. Algo como se tentar tirar um parafuso utilizando-se de uma faca de cozinha.

Com o avanço da tecnologia nacional e a relativa estabilidade da economia a partir do Plano Real, os brasileiros iniciaram uma grande onda de consumo de bens duráveis. Fabricantes estrangeiros se instalaram no País. Importadores traziam produtos de diversos países aproveitando o dólar acessível.

E assim, tivemos um inegável avanço tecnológico em nossas vidas. Hoje, estamos basicamente em igualdade de lançamentos com outros países, excetuando-se aí as estratégias de mercado de cada fabricante e o preço, devido à nossa alta carga tributária.

Com tamanho avanço, surgem os problemas. A oferta de produtos e serviços de

todo tipo que temos hoje em dia é infindável. Muitos de excelente qualidade, outros "honestos" pelo que se paga e sempre há aqueles em que pensamos, logo depois de adquiri-los: "quem paga mal, paga duas vezes". Seria cômico, se não fosse trágico.

Em determinadas áreas de vendas e suporte técnico e atendimento, é imprescindível a utilização de seres humanos. Robôs nem sempre são capazes de compreender o que falamos, como falamos e a forma como cada um se comunica.

Com a grande demanda de telemarketing, busca por resultados, concorrência, observamos que não exatamente os produtos, os bens de consumo, mas os serviços estão em um nível extremamente deficiente, muito aquém do que pagamos por eles.

Em parte, consideramos que os profissionais que atuam nestas áreas de pós-venda e suporte, não são devidamente treinados como deveriam. Some-se a isso, os salários baixos, cobranças excessivas por resultados e todos aqueles outros fatores que nós, brasileiros, já estamos acostumados.

Tal falta de conhecimento do que se faz do trabalho executado, sem dúvida alguma trará prejuízos para alguém. Infelizmente, os prejudicados somos nós, os consumidores, que acabamos pagando o preço da falta de investimento das corporações em formar decentemente os profissionais que irão trabalhar com o suporte técnico. Falta treinamento sobre os produtos que estes trabalhadores nos oferecem, pois precisam cumprir metas e concretizar vendas, não importando o perfil do consumidor. O problema, sem dúvida, não está nas pessoas que laboram nesta extenuante área! O problema reside, sim, nas empresas.

Sabemos que lidar com o público é sempre uma tarefa árdua, ainda mais quando o cliente que entra em contato já se encontra em um estado de nervos alterado devido a algum problema que enfrenta.

Todos nós temos consciência de quão difícil é a vida do trabalhador assalariado brasileiro e isso acaba por refletir na qualidade e na eficiência dos serviços prestados em nosso País. Somos pouco eficientes, devido a um sem número de fatores, alguns já mencionados. O índice de re-trabalho é elevado, ou seja, trabalhamos

muito, porém mal.

Existem informações do UOL Economia de que um brasileiro leva uma hora para fazer o trabalho que um americano levaria 15 minutos. Um coreano ou um alemão fariam o mesmo trabalho em 20 minutos (1). A Forbes, em uma reportagem, elenca 15 países onde a alta produtividade não necessariamente se traduz em alta carga horária. Nosso País não aparece na lista (2). Dados do IPEA de 2013 atribuem baixa produtividade a falhas na escolha de insumos e de tecnologia.

Obviamente que este baixo nível de eficiência geral afeta diretamente os produtos e serviços que consumimos.

Neste sentido, a facilitação de acesso ao Judiciário, através dos Juizados Especiais e mais recentemente com o processo eletrônico judicial, trouxe à tona a insatisfação das pessoas e serviu para demonstrar como os produtos e serviços, em especial, são mal prestados em nosso País.

Não há, pelo menos na visão de consumidor, uma preocupação das corporações em estabelecer um vínculo com os consumidores, adquirentes ou usuários dos produtos/serviços.

O que nos parece, é que apenas a venda, a entrada de dinheiro nos cofres da empresa é o importante. Desde que tal entrada ocorra, tudo está bem. "Depois vemos como fica".

A atitude de negligenciar o contato com o cliente é, em parte, a grande porcentagem de demandas que verificamos nos tribunais do Brasil.

Em nossa visão, não há uma "indústria do dano moral", como, infelizmente, muito se vê em sentenças, súmulas e acórdãos. Há, sim, uma "indústria da má prestação de serviços", uma verdadeira epidemia que, certamente, é alimentada, fomentada pelas irrisórias indenizações arbitradas a situações absurdas que são perpetradas pelas empresas, que não sofrem a devida reprimenda judicial, incorrendo sempre nos mesmos erros.

Ora, se as indenizações são baixas, para que se investiria em melhorias no suporte técnico, no telemarketing e na qualidade dos serviços? Basta que se contabilize um determinado valor para inevitáveis demandas judiciais que ocorrerão.

Tal e qual um animal que pode ser ades-

trado e aprender a se comportar em certas situações, as empresas podem, através de multas, indenizações mais robustas e outros instrumentos também passarem por este "adestramento" e, assim, tratar o consumidor com mais respeito. É a triste constatação de que só se aprende "quando dói no bolso".

Desta forma, estamos presos em um círculo vicioso. As indenizações são baixas porque há muitas demandas e há muitas demandas porque o valor das indenizações são baixos e se toma vantajoso para a empresa manter um pobre advogado praticamente morando em cada JEC ou vara cível para oferecer propostas irrisórias aos enfurecidos (com razão) consumidores. É caro reestruturar um setor, é dispendioso reprojeter um produto, é ainda mais custoso criar um produto ou serviço.

Todos nós temos consciência de que no Brasil tudo é caro, é difícil, é burocrático. Mas, também, temos que ter em mente que aquele que decide se enveredar na

fabricação de produtos ou prestação de serviços está sempre sujeito ao risco que o próprio empreendimento traz.

Não se pode dividir a responsabilidade por falhas ou fatos dos produtos e serviços entre consumidores e fabricantes/fornecedores.

Portanto, o Judiciário tem um papel de grande importância para que possamos romper com o círculo vicioso, assim como nas ações afirmativas e entrarmos no círculo virtuoso. Não deve, o poder Judiciário, escolher os hipossuficientes que merecem a efetivação dos direitos humanos.

As baixas condenações pecuniárias são um estímulo à manutenção das práticas nefastas, reprováveis que ainda vemos hoje em dia. Não é razoável, também, que uma simples roupa manchada por sabão em pó gere uma indenização milionária, pois haveria uma desproporcionalidade. Já em 2006, o Insurance Information Institute nos EUA, de acordo com o site Gazeta News, alertava para as indenizações milionárias, que traziam outros problemas, como aumento dos seguros, sem que tais valores milionários efetivamente chegassem às mãos dos litigantes (cerca de 20%) (4). As condenações não devem, necessariamente, ser milionárias indiscriminadamente, mas devem ser tais que cumpram efetivamente com o fator punitivo pedagógico, evitando que tais situações se repitam com tanta frequência e, novamente, com proporcionalidade e razoabilidade de acordo com o caso concreto.

Felizmente, vemos alguns avanços, no tocante à melhoria de tratamento com o consumidor, como recalls de fabricantes e alguns poucos fornecedores que efetivamente têm interesse em ouvir e solucionar os problemas trazidos pelos consumidores. É alguma coisa, mas ainda é um movimento, se é que se pode chamar assim, que está em um estágio embrionário.

Enquanto isso, o que nos resta é aguardar para ver até onde iremos nesta embarcação à deriva, quiçá soçobrando.

Enquanto isso, o que nos resta é aguardar para ver até onde iremos nesta embarcação à deriva, quiçá soçobrando.

Estabilidade de Servidor Deve Variar Conforme Carreira, Afirma Guedes

Ministro diz que categorias vão poder opinar sobre tempo de estágio probatório. Hoje, funcionário fica estável após 3 anos

O governo deve propor ao Congresso que novos servidores tenham regras de estabilidade de acordo com a carreira em que ingressarem. A informação foi adiantada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, durante palestra no Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo Guedes, caberá às próprias categorias opinarem sobre qual é o prazo ideal para que novos concursados adquira esse direito.

— Nós vamos discutir com cada carreira. Vocês (servidores) vão nos orientar qual é o tempo de teste. Pode ser que na Polícia Federal seja de três anos, porque tem que botar o cara para correr atrás de bandido, e não vai esperar dez anos. Se for só para carimbar algum papel, pode ser de 15 anos — adiantou o ministro, lembrando que as mudanças não afetam os atuais servidores.

Hoje, a Constituição prevê que o servidor tem direito à estabilidade após cumprir três anos de estágio probatório, período em que é avaliado e pode ser demitido por mau desempenho. Para alterar a regra, o governo enviará uma proposta de emenda à Constituição (PEC) à Câmara dos Deputados.

Para especialistas, a medida pode fazer sentido se privilegiar as chamadas carreiras de Estado, como auditores fiscais e policiais federais, mais sujeitas às pressões políticas. O ex-secretário da Administração Federal João Santana, responsável pela reforma administrativa do governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, lembra que a estabilidade foi criada para isso, mas acabou se expandindo para todo o funcionalismo:

— O importante é que as carreiras de Estado sejam aquelas clássicas, fiscal, promotor público. O corpo administrativo não precisa ter estabilidade.

Santana conta que a ideia chegou a ser proposta em 1990, mas não foi à frente:

— Chegamos a abrir uma discussão, mas ela sequer foi aceita. Talvez hoje seja um outro país, se passaram 30 anos. O grande inimigo de qualquer reforma administrativa efetiva é uma coisa chamada corporativismo. Perdemos por 7 a 0 na época.

O economista Nelson Marconi, professor da FGV, pondera que a mudança pode encontrar entraves jurídicos:

— Juridicamente é muito difícil fazer isso.

Você pode até criar regimes jurídicos diferentes. Um é estável, outro não é, outro é temporário. Agora, você criar dentro do mesmo regime e dizer que a estabilidade vai ser atribuída depois de um certo tempo, acho realmente muito difícil. É querer tratar de forma diferente coisas iguais.

Segundo Marconi, não faz sentido conceder estabilidade depois de muito tempo:

— O instituto da estabilidade existe justamente para proteger o servidor. Por que dar estabilidade depois, se ele ficou dez anos desprotegido? É importante dar estabilidade para carreiras que podem sofrer maior pressão política, incluindo professor. Mas, em outras, em que isso é menos importante, acho possível não ter estabilidade.

A proposta deve ser marcada por embate na Câmara. Enquanto a bancada do funcionalismo defende que as regras atuais de estabilidade não sejam alteradas, há parlamentares que apoiam a iniciativa.

— Deveria ter estabilidade em carreiras de Estado. Em outras carreiras não deveria ter sequer essa possibilidade — afirma o líder do DEM, Elmar Nascimento (BA).

Notas sobre o 4º. CONAFE

Carlos Velloso profere palestra magna sobre combate à corrupção na abertura do 4º CONAFE

“Em boa hora, este evento tem como tema principal o combate à corrupção, da repressão à prevenção”, declarou o jurista e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Velloso durante a solenidade de abertura do 4º Congresso Nacional dos Advogados Públicos Federais (CONAFE), realizado na noite dessa quinta-feira (7), em Salvador (BA), com mais de duzentas pessoas.

Carlos Velloso recordou a criação da Advocacia-Geral da União e destacou a importância da Instituição e seus membros para o Estado. “Com muita honra que compareço a esse congresso. Eu que vi nascer a Advocacia-Geral da União. Hoje, podemos ver que os Advogados Públicos Federais estão integrados à realidade brasileira e por um país que seja melhor para os brasileiros.”

Em seguida, o jurista afirmou que a Advocacia Pública Federal tem se especializado e destacou o papel da Instituição como Função Essencial à Justiça prevista na Constituição de 1988. “Começo lhes falando da importância da Advocacia Pública. Diogo de Figueiredo Neto foi dos mais importantes veiculadores da doutrina da Instituição. Ele dizia que o Advogado que desempenha suas atividades de Direito Público é mais do que um Advogado Público é um advogado de Estado.”

O jurista também abordou temas como prisão em 2ª instância, operações de combate à corrupção com a participação intensa da Advocacia-

-Geral da União e das demais Instituições, crimes contra a honra e pessoa, entre outros.

O presidente da ANAFE, Marcelino Rodrigues, abriu a cerimônia agradecendo a participação de todas as autoridades, Advogados Públicos Federais e demais convidados destacando dados que comprovam a importância do tema debatido no 4º CONAFE.

Ele frisou que para a ANAFE, uma das principais ações para combater a corrupção é o fortalecimento das instituições incumbidas desse papel, em especial da Advocacia-Geral da União, instituição composta por Advogados Públicos concursados que atua na defesa do interesse público.

“Um caminho importante para o combate à corrupção é o da independência e segurança jurídica dos órgãos de controle no combate à corrupção. Sem a atuação das Carreiras de Estado (instituições chaves para a prevenção e o combate à corrupção) não é possível realizar o enfrentamento de forma eficaz”, defendeu.

Rodrigues destacou ainda, que, mesmo com os ataques que o serviço público vem sofrendo e uma campanha desconstrutiva, a atuação dos Advogados Públicos Federais, membros da Advocacia-Geral da União, apenas de janeiro a setembro de 2019, gerou um impacto total de R\$ 424 bilhões na economia. foram 17,7 milhões de ações judiciais e quase 117 mil acordos firmados neste período.

Durante o evento, o procurador-

-chefe da União do estado da Bahia, Reinaldo Couto, qualificou os Advogados Públicos como gigantes na defesa do patrimônio Público. “Nós estamos sendo muito atacados por sermos servidores públicos. As pessoas muitas vezes não entendem a nossa função e que a Advocacia Pública é essencial para o estado democrático de direito”.

A procuradora-chefe da Procuradoria Federal do estado da Bahia, Ivana de Souza afirmou ter bastante orgulho de receber o Congresso na Bahia. “Pra mim é um orgulho ser Procuradora e ser da ANAFE. Cada um de nós, servidores públicos, vale muito para o Estado.”

Representando o advogado-geral da União, a corregedora-geral da AGU, Vlândia Pompeu, ressaltou a honra em participar de um evento onde Advogados Públicos Federais param para discutir um tema tão importante e atual, que é o combate à corrupção.

“Não há como discutir combate à corrupção, se não levarmos em consideração os Advogados Públicos Federais, que são as pessoas que fazem parte da Instituição. É muito comum abordarmos esse tema à luz das instituições, se discute muito a necessidade de preparo das Instituições no combate à corrupção, mas, esquecemos muitas vezes que o aspecto pessoal é extremamente importante nesse tema. O fortalecimento da AGU só é possível se nos imbuirmos dessa luta e aceitarmos esse desafio”.

HOMENAGEM

Durante a solenidade, a procuradora do estado da Bahia aposentada Cléia Costa foi contemplada com a Medalha de San Tiago Dantas, que é oferecida às pessoas que têm atuação de destaque na defesa da Advocacia Pública. A homenageada agradeceu e ressaltou a missão dos servidores públicos de servir.

“Porque temos essa missão constitucional de servir, nós precisamos estar além do tempo. Muitas vezes, nós precisamos olhar para os nossos iguais antes de interpretar a lei. Os nossos iguais estão em todos os lugares. E nós, como servidores públicos recebemos a missão de descortinar o Brasil. A luta agora deve ser afastar resíduos de leis anteriores que geraram desigualdades dentro do nosso país”, salientou Cléia.

LANÇAMENTO REVISTA

A solenidade contou também com o lançamento da 3ª edição da Revista da Advocacia Pública Federal. O editor-chefe da publicação, Grégore Moura, citou o poema “Constante Diálogo”, de Carlos Drummond de Andrade para ressaltar que a ANAFE e a Revista são a concretização do diálogo. “A gente dialoga muito melhor com a defesa de ideias e das nossas teses, por meio de congressos e de revistas como estas.”

Grégore também agradeceu ao presidente da ANAFE pela oportunidade de gerir a publicação: “Quero parabenizar o Marcelino por ter idealizado essa revista e por ter me convidado para esse projeto que eu tenho orgulho de tocar e que também conta com a honra de ter o ministro Carlos Velloso no Conselho Editorial.”

Além da revista, o editor-chefe também lançou seu livro “Do pinherês ao português”. “Hoje quero homenagear meu estado lançando esse livro, que traz um pouco da cultura mineira, cuja qual eu tenho muito orgulho”.



Ex-ministro-chefe e atual consultor jurídico da CGU palestram sobre programas de integridade

A segunda palestra dessa sexta-feira (8) no Congresso Nacional dos Advogados Públicos Federais (CONAFE) abordou o tema “Programas de integridade como elemento de combate à corrupção e sua interface com o setor privado”. A palestra foi ministrada pelo ex-ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU) Valdir Simão e pelo Procurador Federal associado à ANAFE e consultor jurídico da CGU Felipe Dantas.

Como mediadora da palestra, realizada na tarde desta sexta-feira (8), a coordenadora da carreira de Advogado da União da ANAFE, Iza-

bel Cecília, destacou a satisfação de participar do evento que reúne todas as carreiras da Advocacia-Geral da União. “O CONAFE tem a oportunidade de debater temas relevantes que fazem parte do nosso dia a dia, da cultura que o Estado brasileiro vem desenvolvendo de fortalecimento, de integridade, de combate à corrupção. Felizmente esse é um movimento irreversível que tende a tornar o nosso país mais rico, mais sério, com mais condições de oferecer ao Estado e ao povo brasileiros condições de desenvolvimento e de vida melhores”, afirmou.

COMPLIANCE

O ex-ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU) Valdir Simão apresentou medidas que podem otimizar a fiscalização do Estado no setor privado. De acordo com ele, a detecção e prevenção de corrupção dentro dos setores públicos e privados podem ser alcançados por qualquer instituição mediante a adoção de sistemas de compliance e de integridade.

“O que vejo hoje é que os sistemas de compliance e integridade representam, ou podem representar, a longa manus do Estado dentro da empresa, não mais a quilômetros de distância mas, agora, no mesmo prédio e, talvez, no mesmo andar. É o Estado no cangote do administrador empresarial”, explicou.

Simão lembrou que compliance tem como finalidade gerar valor ao negócio e assegurar a sobrevivência da empresa, enquanto a integridade é vista como condição fundamental da boa governança, por meio da integração de instrumentos e de áreas de gestão e de controle.

Segundo ele, o Brasil vem avançando significativamente no combate à corrupção e o Estado brasileiro está muito mais preparado e aparelhado para o seu enfrentamento. “Há uma percepção de que a corrupção é um mal inclusive para o ambiente de negócios. Distorce a concorrência, afasta o bom investidor, torna o relacionamento do Estado com o setor privado bastante inseguro e complexo.”

“A boa notícia é que o próprio setor privado vem fazendo investimentos maciços para evitar que atos de corrupção sejam praticados nas empresas pelos seus representantes ou por intermediários. A administração pública tem um papel central primeiro para estimular cada vez mais esse comportamento e privilegiar a transação dos acordos, garantindo que essa relação entre setor público e o setor privado esteja sendo pautada pela ética e pela boa-fé”, acrescentou.

Em seguida, o Procurador Federal associado à ANAFE e consultor jurídico da CGU, Felipe Dantas, realizou uma breve apresentação de seu trabalho em relação ao tema da palestra e explicou três mensagens consideradas por ele como básicas.

“Primeiro, o compliance é uma obrigação positiva. Segundo, o compliance não é de Direito, mas é para o Direito, e terceira mensagem é que o compliance é uma função corporativa de alta regulação”, afirmou.

De acordo com Felipe Dantas,

quando falamos em combate à corrupção, citamos basicamente em três fatores: “pagamento de propina, tráfico de influência, e construir uma interposta pessoa para ser o constituinte da propina, uma espécie de lavagem de dinheiro. Teoricamente, essas são as condutas previstas na legislação. A partir da expertise de acorde de leniência a CGU constitui uma tipologia de mais de 20 tipos de corrupção e isso para fim de controle e esse é um ganho tremendo.”

A incorporação está próxima

No dia 09 de novembro do corrente ano, no magnífico e monumental Resort Iberostar, na Praia do Forte, na Bahia, foi realizada a Assembleia-Geral Ordinária da ANAFE, que, entre outros temas, iria decidir sobre a proposta formulada pela APAFERJ para incorporar-se à ANAFE.

Após intensos e acalorados debates resolveu a AGO que, no prazo de noventa dias, uma Assembleia-Geral Extraordinária iria deliberar e decidir sobre mudanças estatutárias, medida essencial para se concretizar a supracitada Incorporação, que dará a APAFERJ uma sobrevida e à ANAFE um acréscimo de recursos financeiros e patrimônio imobiliário, bem como uma inestimável soma de patrimônio imaterial, acumulado pela APAFERJ em quase quatro décadas de existência.

É de ressaltar que, até chegarmos a fase suso mencionada, foram necessárias inúmeras reuniões de Diretoria e das Comissões específicas da APAFERJ e da ANAFE, preparatórias da Assembleia-Geral Extraordinária da APAFERJ, que ocorreu em 6 de agosto do ano vigente, antes referida AGO, que fixou os novos passos a serem dados rumo à almejada Incorporação.

De outra parte, a carta remetida a todos os associados e associadas da APAFERJ contém as ponderáveis ra-

zões que compeliram a atual Diretoria da APAFERJ a adotar a solução aqui focalizada, que, prima facie, poderia ser tachada de inadequada ou importuna, mas, à vista da situação de há muito enfrentada pela APAFERJ, encontra respaldo na realidade fática ali exposta, não nos restando outra alternativa, com a finalidade de mantermos vivos os ideais que construíram a APAFERJ, a solidificaram e a projetaram no universo associativo dos Advogados Públicos Federais.

Evidencie-se, ainda, que tivemos o extremo cuidado de preservar os interesses e os direitos dos associados e das associadas, cuja compreensão se expressou na AGE de 6 de agosto pretérito, concedendo-nos o indispensável lastro para prosseguirmos na jornada em busca de novos caminhos.

Acreditamos haver apontado a solução mais acertada, em razão das circunstâncias relatadas na missiva acima referida, na convicção de que a APAFERJ, com nova roupagem e novo comando, permanecerá íntegra, forte e incansável na busca por melhores dias para os associados e associadas que confiaram e confiam nas ações e intenções da Diretoria da APAFERJ, restando-nos agradecer, ex todo corde, o apoio e a compreensão do nosso distinto Quadro Social.

Governo conta com R\$ 10,5 bi de redução de jornada de servidores

Secretário de Fazenda diz que dinheiro irá para investimentos

Entrevista com Waldery Rodrigues Junior / Secretário de Fazenda do Ministério da Economia

O governo está pronto para reduzir a jornada de servidores, com proporcional corte de salários, assim que a proposta de emenda à Constituição chamada de PEC Emergencial for aprovada. Em entrevista ao GLOBO, o secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Junior, disse que prevê economia total de R\$ 12 bilhões em 2020 e de R\$ 14 bilhões em 2021 com a PEC. A maior parte desse montante (R\$ 10,5 bilhões) virá da redução de jornada e salário. O dinheiro será usado para aumentar investimentos.

Em 2020, o gasto com investimento e custeio da máquina está estimado em R\$ 89 bilhões. Mesmo sem a PEC, Waldery adiantou que o governo enviará ao Congresso uma mudança no Orçamento do próximo ano para ampliar esses gastos para R\$ 100 bilhões.

Isso será possível com medidas como o fim da multa adicional de 10% sobre o FGTS em casos de demissão sem justa causa. Esse valor é pago pelas empresas, e o Tesouro tem que repassá-lo para o Fundo, contando, então, como uma despesa obrigatória.

Considerando nesta conta os recursos obtidos na PEC Emergencial, o total para investimento e custeio no Orçamento de 2020 poderia chegar a R\$ 112 bilhões.

O governo enviou ao Congresso uma série de propostas econômica e vai enviar ainda mais. Isso não pode congestionar a pauta?

Faz todo o sentido em termos de conteúdo e em termos de timing. É como se fosse um livro com sete capítulos, que compõem harmonicamente uma transformação do Estado brasileiro. Entendemos que há maturidade do Congresso, que é soberano nas suas decisões, para enxergar essa integração de medidas. Tudo isso engrandeceu nos últimos dias,

pela forma como foi entendida pela sociedade, pelo Congresso, pelos formadores de opinião.

A PEC Emergencial, com medidas para equilibrar as contas, vai ficar para 2020?

É uma incógnita.

Qual o impacto da PEC Emergencial?

Ela tem impacto de R\$ 12 bilhões em 2020 e, em 2021, de R\$ 14 bilhões.

Se essa PEC for aprovada ao longo de 2020, ela é incorporada ao Orçamento?

Sim, ela é incorporada. Se nós tivermos a aprovação dela em 2019 nas duas Casas, teremos a possibilidade de esse espaço orçamentário entrar na íntegra em 2020, essa é a ideia. Se tivermos a aprovação dela em 2020, uma parte terá impacto em 2020. Do ponto de vista de Orçamento, o ideal é a que a Emergencial seja aprovada, na sua plenitude, nas duas Casas, em 2019.

É possível isso?

Temos 4,5 semanas de tramitação. É possível? Sim, mas exigirá uma celeridade do Congresso muito forte.

O Executivo já está pronto para reduzir jornada dos servidores, medida prevista na PEC Emergencial?

Sim. Já estamos em emergência segundo os critérios da PEC. Desses R\$ 12 bilhões (de impacto previsto), R\$ 10,5 bilhões são pela redução de jornada com proporcional redução de salário. E R\$ 1,5 bilhão é pela não progressão de carreiras. Eu preciso ter essas medidas para abrir esse espaço. Esse espaço é importante, porque permite que o investimento seja recuperado. O investimento de 2020 é de R\$ 19 bilhões apenas, o menor número da série histórica desde 2008.

Não há risco de paralisação de serviços públicos com a redução da jornada?

Zero de risco de paralisação. Ela é feita exatamente para a gente abrir espaço no Orçamento e evitar parali-

sação. Em parte, a redução de jornada é desejada por alguns servidores. Dependendo do setor, a redução de jornada, sendo permitida, dá liberdade para que alguns servidores façam outras atividades pessoais junto à família, atividades de educação. No caso da Emergencial, valerá por dois anos.

Para os estados, será obrigatório o corte de jornada em caso de crise?

Quando a despesa corrente empenhada ultrapassar 95% da receita corrente, poderá cortar. Agora, a palavra é "poderá". Foi quase unânime (durante reunião com secretários de Fazenda dos estados) eles defendendo que deveria ser "deverá". Mas o que nós colocamos é que eles têm conhecimento da causa e poderão levar aos relatores (da PEC).

Mesmo sem aprovação da PEC Emergencial, o governo vai conseguir ampliar espaço para investimento no Orçamento de 2020?

Nós enviaremos uma mensagem modificativa ao Orçamento de 2020 com recuperação do espaço orçamentário. Hoje, está no projeto um total de R\$ 89 bilhões de despesas discricionárias, que envolvem investimento e custeio da máquina. Esse valor subirá para algo como R\$ 100 bilhões, que nos dá maior conforto, e se aproxima dos R\$ 102 bilhões de 2019. Uma dessas medidas, já aprovadas, é o fim da multa adicional de 10% do FGTS.

Além dessa do FGTS, tem outra medida?

Cerca de quatro ou cinco, que ainda não foram fechadas e serão anunciadas em breve.

Como vai funcionar o Conselho Fiscal da República?

Aqui está implícita a intenção de reduzir riscos fiscais trazidos por outros poderes para a União. Nós precisamos completar a cultura fiscal. Hoje, há estados com descontrole, mas tendo suas

>>>>

>>>>

contas aprovadas pelos tribunais de contas. A cultura não está correta, como a população espera.

O governo prevê cortar para 2% do PIB os benefícios tributários. Por que esse número?

De 2004 a 2006, esses benefícios tributários eram da ordem de 2% do PIB. Hoje, estão em 4,3%. Esse número é muito alto. O parâmetro internacional também é de 2%.

Como vai ser esse corte?

Tenho um total de despesa que não cabe na capacidade orçamentária. O valor de R\$ 316 bilhões de benefícios não cabe, tem que ser discutido.

Quem vai decidir o que cortar?

O Congresso Nacional.

Quando o Brasil vai voltar a discutir a regra de ouro, que proíbe endividamento para pagar gastos correntes, como folha de pagamento?

Aprovadas as PECs e com dinamismo econômico, nós entendemos que até 2022 estaremos com condição de atendimento da regra de ouro na sua totalidade, ou potencial descumprimento, mas em volume muito menor que os R\$ 362 bilhões em 2020.

Por que o fim de municípios foi colocado na PEC?

Os parlamentares que trouxeram. São 1.150 municípios (que cumprem os critérios para extinção porque têm menos de cinco mil habitantes e arrecadação própria inferior a 10% da receita). Temos até 2025 para fazer essa análise, ver os municípios confíguos e reduzir. O grande ganhador com isso é a população mais pobre. Se a gente voltar a um patamar próximo de quatro mil cidades, vamos ajudar quem está na ponta. Tem município cuja capacidade de arrecadação não dá para pagar na íntegra os salários de prefeito, sua equipe e da Câmara dos Vereadores. Essa cidade não paga a saúde, a educação e a segurança dela. Não faz sentido ter esse município.

Até 1.254 Cidades Podem Ser Extintas Elas Seriam Unidas a Municípios Vizinhos

A proposta de emenda constitucional (PEC) do Pacto Federativo pode resultar na extinção de até 1.254 pequenos municípios a partir de 2025. De acordo com o texto, as prefeituras terão até 30 de junho de 2023 para provar que arrecadam, em impostos, ao menos 10% de suas receitas totais, ou seja, que não dependem quase integralmente de repasses da União. Caso o limite não seja alcançado, serão incorporadas por cidades maiores.

O país tem hoje 5.570 cidades. As 1.254 prefeituras possivelmente impactadas representariam 22% do total. A regra prevê que cada município poderá incorporar até três cidades vizinhas nesse processo. O número de habitantes será medido pelo Censo 2020.

Para o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), a PEC representará a refundação dos municípios:

- Durante muitos anos no Brasil houve critérios muito frouxos para a criação de municípios. Temos mais de mil municípios com menos de 5 mil pessoas, e esses municípios não arrecadam sequer 10% de sua receita própria, não cobrem 10% de suas despesas. Isso significa prefeito, vice-prefeito, Câmara dos Vereadores, toda uma estrutura que pesa no Estado brasileiro.

MENOS VAGAS DE VEREADOR

Para Alessandra Ribeiro, diretora da consultoria Tendências, do ponto de vista econômico, a extinção das prefeituras e Câmaras dos Vereadores faz sentido para uma gestão mais eficiente dos recursos, mas representará um desafio no Congresso do ponto de vista político. Ela lembra que 2020 é ano de eleições municipais.

Na avaliação de Claudio Timm, especialista em relações governamentais, e sócio do Tozzini Freire Advogados, o cenário político do próximo ano coloca em risco a medida:

- É uma proposta que tem impacto fiscal significativo, mas vai provocar a extinção de muitos cargos públicos.

Para o economista-chefe da consultoria RC Consultores, Marcel Caparoz, o ambiente no Congresso está mais amigável a reformas, mas é preciso lembrar que 2020 será um ano "mais curto" na casa, por causa das eleições municipais.

- Aglutinar municípios pequenos será um problema em um ano em que vão ser eleitos novos prefeitos. Houve um crescimento grande de novas cidades nos últimos 15 anos, trazendo desequilíbrio fiscal. Mas não acho que seja o ponto principal, embora o tema seja delicado - diz Caparoz.

No Sudeste, há 375 municípios com menos de

cinco mil habitantes, de acordo com a projeção populacional do IBGE para julho deste ano: 231 deles estão em Minas Gerais, 143 em São Paulo e um no Espírito Santo. No Rio, não há municípios deste porte.

O número de vereadores em cada município é definido pela Lei Orgânica dos Municípios e é proporcional ao tamanho da população. No entanto, a Constituição Federal prevê limitações para o total de vagas. Uma Emenda Constitucional (EC) aprovada pelo Congresso em 2009 estabeleceu que os municípios de até 15 mil habitantes têm limite máximo de nove vereadores - não há, portanto, um número mínimo. Porém, os três menores municípios do país - Serra da Saudade (MG), Borá (SP) e Araguinha (MT) - contam com nove cadeiras em suas Câmaras de Vereadores. Logo, uma projeção mais conservadora indica que, se todos os 1.254 municípios fossem extintos, ao menos 1.286 cargos de representantes legislativos municipais poderiam ser extintos, sem contar as 1.254 vagas de prefeitos e outras 1.254 de vice-prefeitos.

VOLTA AOS GRANDES CENTROS

Para Glademir Aroldi, da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), a proposta deveria considerar montantes recolhidos pela União e repassados aos municípios ao calcular as receitas próprias das administrações locais. Para Aroldi, tributos como Imposto de Renda, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - recolhidos pela União - e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - recolhido pelos estados - deveriam ser considerados como receitas geradas em âmbito municipal.

- Acredito que boa parte desses municípios pode vir a ser extinta. A Constituição determina o recolhimento de valores que o governo federal tem a responsabilidade de arrecadar e repassar às prefeituras. A União não faz nenhum favor ao realizar os repasses, é obrigação dela - afirma Aroldi.

O gestor do Observatório de Informações Municipais, François Bremaeker, avalia que faltou diálogo, pois há argumentos em prol da manutenção destas estruturas, especialmente nos casos de populações isoladas:

- O que motivou a criação de municípios foi o fato de que populações se sentem alijadas pelo município-mãe. Há grandes centros urbanos em que distritos ficam espalhados, com populações que acabam abandonadas e optam pela emancipação. Com o fim dessas cidades, as populações podem voltar ao sentimento de abandono e escolher voltar aos grandes centros.

ANIVERSARIANTES DE SETEMBRO

01 Alba Regina de Jesus - M. Saúde	07 Maria Denise de Góes Fischer - Cnen	15 Sebastião Wagner Sab - Inkra	- Agu
01 Lucia Maria da Silva Brito - Inkra	08 Antonio Pereira de Souza - Inss	16 Júlio César da Motta Buys - M. Transp	25 Sonia Maria de Jesus Carmelo - Mpas
03 Carlos Eduardo C. Machado - Inpi	08 Nelson Fagundes de Mello - Inpi	16 Zuréa de Sousa Martins - Inkra	26 Napoleão Pereira Guimarães - M. Faz
03 Luiz Augusto Paiva da Silva - M. Faz	09 Ana Maria Vieira - Mpog	17 Almir Rodrigues Carreira - Ufrj	28 Maria Helena Dock de Aquino - Inss
05 Marlene Ferreira Barbosa - C.P.II	10 Jairo Jacintho Vieira - Inss	19 Carlos Edgar G. Moritz - Fns	28 Nina Maria Hauer - Unirio
06 Luiz Antonio Cavaleiro - M. Faz	11 Heloisa Lucciola L. Gonçalves - Inss	20 Gladstone dos Santos - Inkra	28 Romeu Guilherme Tragante - Inpi
06 Moysés Lopes Maciel - Ibama	11 Renato Rabe - Agu	20 Sérgio Luiz P. Sant'anna - Agu	29 Maria Tereza de Oliveira - C.P.II
	13 Cedenir da Costa Issa - M. Agric	21 Carlos Roberto Barciela - Inkra	30 Marlene Bides Alves - Cju
	13 Herbert Gomes - Inss	21 Seir Soares da Silva - Ufrj	
	13 Milton Pinheiro de Barros - Mpas	22 Orlando Gonzalez Fernandez - M. Saúde	
	14 Antonio Lages Cavalcanti - Inkra	24 Amaury de Souza - Inss	
	15 Fernando Carneiro - M. Transp	24 Edibaldo Homobono S. Brígida	

ANIVERSARIANTES DE OUTUBRO

01 Francisca Silva Rosas Gomes - Ufrj	-- Agu	25 Ana Lucia da Rocha - Agu	29 Heloisa Fernandes London - Inss
02 Antonio Trajano L. R. da Silva - M. Faz	16 Jonathas Jesuino da Silva - Ufrj	26 Roberto Osman Gomes Aguiar - Agu	29 João Rodrigues Itaboray - M. Justiça
03 Herval da Silva França - Inss	16 Marly de Figueiredo T. Paranhos - Inss	27 Léa Pontes Castello Branco - Agu	30 Maria Auxiliadora Calixto - Mpas
03 Valério Nunes Vieira - Agu	17 Teresa Angélica Follador - Inkra	27 Luiz Carlos de Araujo - Dep. P. Fed.	30 Vilma Freitas de M. Marcondes - Agu
04 Doris Amorim Dias - Inss	20 Manoel Fortunato R.de Azevedo - Inkra	28 Walkiria Cordeiro Gerk - Mpas	
04 Onilo da Silva - Inss	21 Vicente Sergio Mannarino - M. Faz		
05 Joana D'arc Tenório - Inss	22 Dalmo Cruz Silva - Inss		
06 José Carlos Machado - Inss	22 Gerson Paulo Sammartino - Fns		
09 Ivone David Mizrahi - Agu	23 Luci Romano Villela Teixeira - Mpas		
11 Otacio Bispo F. de Andrade - Ufrj	24 Francisco Pedalino Costa - M. Faz		
13 Frederico Teixeira Barbosa - Agu	24 Lilian de Paula da Silva - Agu		
15 Reynaldo Francisco Môra	24 Manuel de Jesus Soares - Cbia		

**APA FERJ**

R. Álvaro Alvim, 21/2º andar. CEP: 20031-010.

Centro. Rio de Janeiro - Sede Própria

e-mail: diretoria@apaferj.org.brportal: www.apaferj.org.br

Tel/Fax: (21)2532-0747

2240-2420

Diretoria e Conselhos da APAFERJ • TRIÊNIO 2017 / 2020**DIRETORIA**

PRESIDENTE - José Marcio Araujo de Alemany

VICE-PRESIDENTE - Rosemiro Robinson Silva Junior

DIRETOR ADMINISTRATIVO - Miguel Carlos Melgaço Paschoal

DIRETOR ADMINISTRATIVO

ADJUNTO - Maria Auxiliadora Calixto

DIRETOR FINANCEIRO - Hélio Arruda

DIRETOR FINANCEIRO ADJUNTO - Rosa Maria Rodrigues Motta

DIRETOR JURÍDICO - Dudley de Barros Barreto Filho

DIRETOR CULTURAL - Carlos Alberto Mambri

DIRETOR DE PATRIMÔNIO - Rosa Maria Rodrigues Motta

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - Antonio Carlos Calmon N. da Gama

CONSELHOREVISOR**Natos:** Wagner Calvacanti de Albuquerque

Rosemiro Robinson Silva Junior

Titulares:

1. Allam Cherém Soares

2. Doris Amorim Dias
3. Edson de Paula e Silva
4. Fernando Carneiro
5. Francisco Pedalino Costa
6. Luiz Carlos de Araujo
7. Maria de Lourdes Caldeira
8. Newton Janote Filho
9. Sylvio Mauricio Fernandes
10. Tomaz José de Souza

Suplentes:

1. Alzira Matos Oliveira da Silva
2. Petrónio Lima Cordeiro
3. Sylvio Tavares Ferreira

CONSELHOFISCAL**Titulares:**

1. José Carlos Damas
2. José Carlos de Souza
3. Maria Conceição Ferreira de Medeiros

Suplentes:

1. Ronaldo Araujo Mendes
2. Carlos Cavalcanti de A. Ramos

Jornal da APAFERJ**Editor Responsável:** Carlos Alberto Pereira de Araújo

Reg. Prof.: 16.783

Corpo Editorial: Antonio Calmon da Gama, Carlos Alberto Mambri, Miguel Carlos Paschoal, Rosemiro Robinson Silva Junior.**Supervisão Geral:** José Márcio Araújo de Alemany**Editoração e Arte:** Jane Fonseca - janefonseca@gmail.com**Impressão:** Monitor Mercantil**Tiragem:** 2.000 exemplares

Distribuição bimestral gratuita. Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos autores. As matérias contidas neste jornal poderão ser publicadas, desde que citadas as fontes.



Rosemiro Robinson S. Junior
Vice-Presidente

PEÇO A PALAVRA

Abe Caesar, morituri te salutant

**“Abe, Cesar, os
que vão morrer te
saúdam”**

Meus caros e fiéis leitores: conforme é notório foi aprovada a Reforma da Previdência Social, nela embutida uma minireforma tributária, porquanto o magnífico Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, pretendia arrecadar 1 trilhão e 200 bilhões de reais em dez anos, no entanto, mercê de alterações feitas pelo Congresso Nacional a referida arrecadação fica próxima de 1 trilhão de reais, conta que, obviamente, será paga pelos trabalhadores da área privada e pelos servidores públicos civis.

É de notar que a extrema rapidez com que se deu a votação da aludida Reforma foi decorrente da generosidade governamental, mimoseando os congressistas com polpudas emendas parlamentares e cargos importantes na Administração Pública, sendo que algumas poucas categorias obtiveram tratamento diferenciado. Faltou, s.m.j., a criação da aposen-

tadoria post mortem, tendo em vista os longos prazos fixados como essenciais à obtenção do referido benefício.

Evidencie-se que a crueldade de que se reveste a Reforma ora focalizada ultrapassou em muito a Reforma da iniciativa do Governo Lula, corporificada através da Emenda Constitucional nº 41/2003, a qual, entre outras maldades, impôs a restabelecimento da Contribuição Previdenciária para Aposentados e Pensionistas, incidindo sobre o valor que superasse o teto do Regime-Geral da Previdência Social, situação que persiste até hoje, sendo de salientar que a mencionada E. C. infringiu, sem qualquer escrúpulo, duas Cláusulas Pétreas: o Ato Jurídico Perfeito e o Direito Adquirido, ambas insertas na Carta Magna de 1988.

A proposta paulina foi encampada pela mídia, pelo empresariado pátrio e por entidades estrangeiras, sustentando os seus autores que ela seria a salvação da Economia do Brasil, afirmando que, na hipótese de rejeição, seria instaurado o caos econômico-financeiro, porquanto o Tesouro Nacional ficaria sem recursos para honrar os seus compromissos obrigatórios, principalmente os relativos aos pagamentos de Aposentados e Pensionistas.

Creio que estou em boa companhia, posto que, além de pronunciamentos de consagrados especialistas na área previdenciária, Juizes e Procuradores, através de suas Entidades representativas, ingressaram com ações no Supremo Tribunal Federal, sus-

Réquiem

citando a inconstitucionalidade de trechos da Reforma aqui enfocada, consoante notícia o jornal O Globo, na edição de 14 de novembro do corrente ano.

Informa a mídia que o Governo Federal entregou ao Congresso Nacional um volumoso pacote de Reformas, dentre elas a Reforma Administrativa, que tem o propósito, como já escrevi alhures, de jogar a Administração Pública na Privada, criando, a par disso, castas de servidores, uns de primeira classe, e outros de segunda classe, porquanto extingue a Estabilidade para os novos servidores, que assim não seriam mais Servidores do Estado, mas Servidores do Governo.

Trata-se de inconcebível retrocesso, que levará a Administração Pública, caso prospere a proposta paulina, à época anterior ao Governo Vargas, quando ocorriam as chamadas “Derrubadas”, ou seja, o Governo sucessor afastava todos os servidores do Governo anterior, para colocar nos seus lugares servidores fiéis aos novos mandatários.

Com efeito, no Governo Vargas foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, cujo Diretor-Geral se reportava diretamente ao Presidente da República e, o que é mais relevante, foram implantados os Concursos Públicos, no sentido de ser assegurado o mérito para ingresso na Administração Pública, sendo de notar que, anteriormente, os atuais Servidores Públicos eram Funcionários Públicos, muitos deles com projeção

internacional. Contudo, agora, pretende-se o nivelamento por baixo, com servidores desestimulados, formando uma classe inferior, de que resultará, inevitavelmente, a perda de qualidade, com a Administração Pública conduzida por pessoal pouco qualificado e sem qualquer estímulo para progredir na carreira.

Enquanto escrevia este texto, a mídia divulgou a notícia que o Poder Executivo não mais teria pressa para encaminhar ao Congresso Nacional a Reforma Administrativa, tendo em vista o ambiente político desfavorável ao Governo Federal, decorrente da saída do PSL do Presidente Jair Bolsonaro, da libertação do ex-Presidente Lula e dos protestos no Chile, entre outras razões.

De qualquer sorte, seja rápido ou lento o desfecho da lamentável iniciativa governamental, mantenho, integralmente, a posição acima exposta, que se lastreia em trinta e cinco anos de serviços prestados ao Estado Brasileiro e quase quatro décadas de intensa luta associativa.

Confio e espero que o Congresso Nacional não aceitará o abastardamento do Serviço Público Brasileiro, mantendo as condições essenciais para o correto e eficaz desenvolvimento da Administração Pública, a qual, em nenhuma hipótese, pode ser tratada como Administração Privada, tendo em vista as inúmeras e irrecusáveis diferenças entre Servidor Público e Empregado de Empresa Privada, algumas delas incontornáveis.